



Uma nova edição do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil comentado pela competente e dedicada colega, Dra. Gisela Gondin Ramos, é de se comemorar imensamente. A precisão da linguagem e a abrangência do pensamento da autora prestam inestimável serviço tanto à advocacia quanto ao cidadão: este pode melhor compreender os benefícios que lhe advêm das prerrogativas advocatícias; aquela vê-se munida de um valioso instrumento de trabalho, por meio do qual pode não apenas esclarecer a matéria, mas também aprimorar argumentos em defesa do que lhe é devido por determinação legal. Habitado a defender direitos de outrem, o advogado também precisa defender-se, pois não é incomum vermos ataques injustificados às suas garantias profissionais. O livro que ora se imprime prestará relevante contribuição à advocacia, porquanto o ordenamento jurídico brasileiro passou recentemente por significativas transformações, a exemplo da promulgação das Leis nº 13.245/2016 e nº 13.247/2016, que alteram o Estatuto, e da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil. Ademais, a edição de um novo Código de Ética e Disciplina pela Ordem também impôs a necessidade de revisão, tendo a Dra. Gisela enfrentado com sua habitual competência as mudanças que vieram aprimorar a regulação profissional. Vê-se que se trata de

uma obra rica e enriquecedora. Aliando o meticuloso conhecimento técnico ao consistente trabalho intelectual, o livro haverá de informar a advocacia e toda a sociedade acerca de temas indispensáveis ao aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito no País.

Claudio Lamachia
Presidente Nacional da OAB.

Autora
Gisela Gondin Ramos

ESTATUTO DA ADVOCACIA

Comentários e Jurisprudência Seleccionada

Área específica
Filosofia do Direito, Hermenêutica,
Teoria do Direito.

Áreas afins
Ética.

Público-alvo/consumidores
Professores e estudantes de Direito,
advogados, Ministério Público, magistrados, etc.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001032

R 175e

Ramos, Gisela Gondin

Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada / Gisela Gondin Ramos. – 7ª edição revista e atualizada. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

811 p.

ISBN 978-85-450-0170-6

1. Advocacia. 2. Ética jurídica. I. Título.

CDD: 347.052

CDU: 347.965.4

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 811 p. ISBN 978-85-450-0170-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 7ª EDIÇÃO	
Claudio Lamachia	17
PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO	
Marcus Vinicius Furtado Coelho	19
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	
Roberto Busato	21
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO	
Rubens Approbato Machado	23
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Reginaldo Oscar de Castro	25
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	
TÍTULO I – DA ADVOCACIA CAPÍTULO I – DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA	
Artigo 1º	27
COMENTÁRIOS	27
História da advocacia	27
O <i>jus postulandi</i> na Justiça do Trabalho	29
O <i>jus postulandi</i> nos Juizados Especiais	31
Os Juizados Especiais Federais e o <i>jus postulandi</i>	33
O julgamento das ADIs sobre os dispositivos do Estatuto	34
Atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas	34
Impetração de <i>habeas corpus</i>	35
Vistos em atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas	35
Intervenção em escrituras públicas (inventários, partilhas, separações e divórcios)	35
Publicidade da advocacia	36
Divulgação pela <i>internet</i>	38
JURISPRUDÊNCIA OAB	40
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	45

Artigo 2º	51
COMENTÁRIOS	51
A advocacia como <i>munus</i> público	51
A administração da Justiça.....	52
A indispensabilidade do advogado	53
Inviolabilidade do advogado.....	53
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	54
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	56
Artigo 3º.....	73
COMENTÁRIOS	73
Inscrição na OAB – requisito para o exercício da advocacia.....	73
Advocacia pública	73
Estagiário	74
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	75
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	76
Artigo 4º.....	83
COMENTÁRIOS	83
Exercício ilegal da profissão – nulidade dos atos praticados.....	83
Advogados impedidos ou incompatibilizados	83
Advogados suspensos ou licenciados	84
Independência das jurisdições.....	84
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	84
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	85
Artigo 5º.....	91
COMENTÁRIOS	91
O mandato judicial.....	91
Renúncia ao mandato.....	92
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	92
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	97

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS DO ADVOGADO

Artigo 6º.....	109
COMENTÁRIOS	112
Direitos e prerrogativas dos advogados.....	112
A dignidade da advocacia.....	113
A liberdade e a independência do advogado.....	113
Liberdade de exercício da profissão de advogado (inc. I)	113
Inviolabilidade (inc. II).....	113
A comunicação reservada com clientes (inc. III).....	114
Prisão do advogado (incs. IV e V)	114
Liberdade de acesso (VI, VII, XII, XX)	115
Contatos pessoais com magistrados (inc. VIII)	116
Uso da palavra (IX, X e XI).....	116
Imunidade profissional – liberdade de expressão (§2º).....	118
Exame de documentos – vista de processos (XIII, XIV, XV, XVI).....	121
STF: Uma decisão histórica	123
Desagravo público.....	140
Símbolos privativos (inc. XVIII)	143
Depoimento como testemunha – sigilo profissional (inc. XIX).....	143
As alterações promovidas pela Lei nº 11.767/2008 (DOU de 08.08.2008 - Seção 1, p. 1)	144
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	150
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	155

CAPÍTULO III – DA INSCRIÇÃO

Artigo 8º.....	175
COMENTÁRIOS	175
Requisitos necessários à inscrição	175
O Exame de Ordem	180
A constitucionalidade do Exame de Ordem	182
A decisão do Supremo Tribunal Federal.....	197
O Exame de Ordem e a comprovação do domicílio	210
Inscrição do advogado estrangeiro.....	212
Consultores em direito estrangeiro.....	212
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	213
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	222

Artigo 9º.....	229
COMENTÁRIOS	229
Estágio profissional – conceito e requisitos	229
Local da inscrição	229
Duração do estágio.....	230
Desde quando pode ser deferida a inscrição de estagiário	230
Convênios com instituições de ensino	230
Credenciamento de escritórios de advocacia	230
Requisitos necessários ao credenciamento junto à OAB	230
Estágio por bacharel em direito.....	231
Atos que podem ser praticados pelo estagiário	231
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	236
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	244
Artigo 10.....	251
COMENTÁRIOS	251
Inscrição principal	251
Domicílio.....	251
Inscrição suplementar.....	252
Transferência	254
Vício ou ilegalidade na inscrição principal.....	254
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	255
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	265
Artigo 11.....	275
COMENTÁRIOS	275
Cancelamento da inscrição.....	275
Hipóteses de cancelamento relacionadas pelo art. 11	275
Hipóteses não elencadas expressamente no art. 11	276
Reabilitação e nova inscrição	277
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	277
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	282
Artigo 12.....	289
COMENTÁRIOS	289
Licença.....	289
Hipóteses de licenciamento.....	289
Representação da Advocacia no CNJ e no CNMP.....	290
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	290
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	294
Artigos 13 e 14	299
COMENTÁRIOS	299
Documento de identidade profissional.....	299
Indicação do registro na OAB.....	299
Divulgação da atividade profissional da advocacia.....	300
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	300
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	301
CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	
Artigos 15 a 17	305
COMENTÁRIOS	306
Advocacia em sociedade	306
Natureza jurídica	307
Tipos societários.....	308
A Sociedade Unipessoal	309
Constituição e registro	310
Denominação.....	310
Responsabilidades	311
Objeto – prestação de serviços de advocacia	312
Incompatibilidade ou impedimento de sócio.....	313
Filiais.....	319
Questões <i>éticas</i> e disciplinares	320
Contrato de associação.....	320
Associação entre Sociedades.....	322
Certidões	322
Sociedades de consultores estrangeiros	322
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	323

JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	331
-------------------------------	-----

CAPÍTULO V – DO ADVOGADO EMPREGADO

Artigos 18 e 19	345
COMENTÁRIOS	345
Advogado – relação de emprego e relação de patrocínio.....	345
A subordinação jurídica do advogado empregado.....	346
Deveres do advogado sujeito à relação de emprego.....	347
Interesses pessoais do empregador.....	348
Advocacia de partido.....	348
Advocacia pública	348
Salário mínimo profissional	349
O advogado empregado antes e depois do Estatuto.....	350
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	350
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	352

Artigos 20 e 21.	359
COMENTÁRIOS	359
A jornada de trabalho fixada pelo Estatuto – sua aplicação imediata aos contratos em curso.....	359
Natureza do contrato de trabalho	361
A questão do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.....	363
Do ato jurídico perfeito.....	363
Do direito adquirido	364
A questão da dedicação exclusiva.....	366
As impropriedades do Regulamento Geral.....	368
Honorários.....	372
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	372
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	374

CAPÍTULO VI – DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Artigos 22 a 26	387
COMENTÁRIOS	388
Honorários.....	388
Classificação	389
Pacto de <i>quota litis</i>	391
Honorários advocatícios e assistência judiciária gratuita.....	394
Contratos de honorários. Impossibilidade de revisão pela via de ação civil pública.....	400
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	407
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	411

CAPÍTULO VII – DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Artigos 27 e 28	429
COMENTÁRIOS	429
Restrições	429
Os casos de incompatibilidade	430
Poder Executivo.....	431
Mesa do Poder Legislativo.....	431
Funções de julgamento	431
Ocupantes de cargos ou funções de direção.....	432
Serviços notariais e de registro e ocupantes de cargos ou funções vinculados ao Poder Judiciário	432
Vinculados à atividade policial	432
Militares	433
Atividades tributárias	433
Ocupantes de funções de direção em instituições financeiras.....	433
Poder de decisão relevante – conceito.....	434
Desvinculação temporária.....	434
A incompatibilidade dos servidores do Ministério Público.....	434
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	441
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	452
Artigo 29.....	459
COMENTÁRIOS	459
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	463

JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	466
Artigo 30.....	467
COMENTÁRIOS.....	467
Impedimento.....	467
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	470
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	482

CAPÍTULO VIII – DA ÉTICA DO ADVOGADO

Artigos 31 a 33.....	487
COMENTÁRIOS.....	487
Ética.....	487
Respeito profissional e prestígio da classe.....	487
Independência.....	488
Relacionamento com magistrados e autoridades.....	489
Responsabilidade.....	490
Código de Ética e Disciplina de 1995.....	491
O Novo Código de Ética e Disciplina (2015).....	491
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	492
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	499

CAPÍTULO IX – Das Infrações e Sanções Disciplinares

Artigo 34.....	503
COMENTÁRIOS.....	504
Infrações disciplinares.....	504
I – Exercício ilegal da profissão.....	504
II – Sociedade irregular.....	504
III – Utilizar agenciador de causas.....	505
IV – Captação de causas.....	505
V – Falsa autoria.....	505
VI – Advocacia contra literal disposição de lei.....	505
VII – Sigilo profissional.....	506
VIII – Entendimento com parte adversa.....	508
IX – Prejuízo ao cliente.....	509
X – Provocar nulidade em processo.....	509
XI – Abandono de causa.....	509
XII – Recusa à assistência jurídica.....	510
XIII – Publicidade na imprensa.....	511
XIV – Deturpação de textos legais, doutrinários, jurisprudenciais e documentos.....	511
XV – Imputação de fato criminoso.....	511
XVI – Descumprimento de determinação da OAB.....	512
XVII – Prestar concurso à realização de ato ilegal.....	512
XVIII – Aplicação ilícita de importâncias recebidas.....	513
XIX – Recebimento de valores da parte contrária.....	513
XX – Locupletamento.....	513
XXI – Recusar prestação de contas.....	514
XXII – Retenção abusiva ou extravio de autos.....	514
XXIII – Inadimplência junto à OAB.....	515
XXIV – Inépcia profissional.....	515
XXV – Conduta incompatível com a advocacia.....	516
XXVI – Falsa prova para inscrição na OAB.....	516
XXVII – Inidoneidade moral.....	516
XXVIII – Prática de crime infamante.....	519
XXIX – Prática irregular por estagiário.....	519
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	519
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	568
Artigos 35 a 43.....	579
COMENTÁRIOS.....	580
O poder disciplinar da OAB – história – fundamentos – natureza.....	580
Sanções disciplinares.....	583
Circunstâncias atenuantes.....	585
Circunstâncias agravantes.....	586
Publicidade das sanções disciplinares.....	586
Prescrição.....	586
Reabilitação.....	587
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	589
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	595

TÍTULO II – DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CAPÍTULO I – DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO

Artigos 44 e 45	601
COMENTÁRIOS	602
História da criação da OAB.....	602
I – Introdução	602
II – O Instituto dos Advogados Brasileiros.....	602
III – A criação da Ordem dos Advogados do Brasil.....	603
A expressão “ordem”.....	607
Natureza jurídica da OAB.....	608
Finalidades institucionais.....	611
Finalidades corporativas.....	611
Independência da OAB.....	611
Órgãos da OAB.....	611
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	613
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	614
Artigos 46 e 47	621
COMENTÁRIOS	621
Valores cobrados pela Ordem.....	621
Isenção de pagamento da contribuição sindical	621
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	622
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	625
Artigos 48.....	631
COMENTÁRIOS	631
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	632
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	634
Artigo 49.....	637
COMENTÁRIOS	637
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	638
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	639

CAPÍTULO II – DO CONSELHO FEDERAL

Artigos 51 a 55.....	643
COMENTÁRIOS	644
Conselho Federal	644
Composição	644
Sessões.....	644
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	645
Estrutura do Conselho Federal.....	645
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	648
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	651

CAPÍTULO III – DO CONSELHO SECCIONAL

Artigo 56 a 59.....	655
COMENTÁRIOS	656
Conselho Seccional.....	656
Composição	656
Sessões.....	656
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	656
Estrutura do Conselho Seccional.....	657
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	658
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	659

CAPÍTULO IV – DA SUBSEÇÃO

Artigos 60 e 61	665
COMENTÁRIOS	665
Subseções	665
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	668
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	671

CAPÍTULO V – DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Artigo 62.....	673
COMENTÁRIOS	673

Caixa de Assistência dos Advogados	673
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	676
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	677

CAPÍTULO VI – DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS

Artigos 63 a 67	681
COMENTÁRIOS	682
Processo eleitoral nos Conselhos Seccionais e Subseções.....	682
Extinção do mandato	687
O processo eleitoral no Conselho Federal.....	688
<i>Impeachment</i> de Presidente da OAB	690
O Conselheiro do CNJ e os cinco anos de exercício da advocacia	693
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	697
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	702

TÍTULO III – DO PROCESSO NA OAB

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigos 68 e 69	707
COMENTÁRIOS	707
Procedimentos gerais	707
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	708
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	713

CAPÍTULO II – DO PROCESSO DISCIPLINAR

Artigos 70 a 74	715
COMENTÁRIOS	716
Princípios que regem o processo disciplinar	716
Competências	716
Procedimentos na instrução.....	718
Revisão do processo disciplinar	722
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	722
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	731

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS

Artigos 75 a 77	735
COMENTÁRIOS	735
Recursos	735
Duplo grau de jurisdição – recurso de ofício.....	736
Legitimação	736
Requisitos de admissibilidade	736
Juízo de admissibilidade	737
Efeitos	737
Prazo recursal.....	737
Impedimentos	737
Litigância de má fé	737
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	738
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	747

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigos 78 e 79	751
COMENTÁRIOS	751
Regulamento	751
Servidores da OAB.....	752
Conferências de Advogados.....	752
Colégio de Presidentes.....	753
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	753
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	754
Artigos 81 a 87	757
COMENTÁRIOS	757
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	758
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	760
REFERÊNCIAS.....	765

ANEXOS

ANEXO A — Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Oab	771
ANEXO B — Novo Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução n. 02/2015).....	799
ANEXO C — Lei nº 11.767, de 7 de agosto de 2008.....	811